

que possam eles, quando autorizados pela direção do estabelecimento e satisfeitos os demais requisitos, trabalhar externamente.

II - VOTO DO RELATOR

Compete a este órgão colegiado apreciar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito das propostas.

Respeitaram elas os mandamentos constitucionais concernentes à iniciativa e competência para legislar, artigos 61 e 22, I, da Constituição Federal, respectivamente.

Quanto à juridicidade, no que respeita a primeira delas, PL 297, parece-nos oportuno expender algumas considerações.

Em caso de prisão definitiva, que não é a hipótese do PL, encontram-se perfeitamente definida através de sentença irrecorrível, o quantum da pena, o regime de cumprimento e outros efeitos a serem observados: o “Crédito do Estado”, com respeito a punição está perfeitamente definido.

Não é assim no caso de prisão provisória, de que trata o PL (vg. prisão em flagrante, pronúncia), em que pelo fato de ser a prisão provisória, submete-se ela a certa incerteza quanto a sua persistência, podendo demorar mais tempo ou menos tempo, indefinido a priori. Na prisão definitiva o perfil psicológico, o comportamento do preso, são elementos que influem na concessão do benefício da diminuição da pena pelo exercício do trabalho; na prisão provisória não há previsão legal para serem feitas essas averiguações, tão úteis e indispensáveis para trazer o recluso ao convívio social. Não há como identificar as duas situações.

Reconhecer ao preso provisório direito de remir parte de uma pena que não é perfeitamente definida e definível e que, portanto, não contém os elementos que configurem a existência de um título definitivo e concreto frente ao qual seria contraposto o direito de remir, conforme pretende o PL, afigura-se-nos impossível, por ausência de objeto; com um pouco mais de imaginação poder-se-ia até imaginar a hipótese, de pessoa detida provisoriamente, mas que não utilizou o potencial direito à remissão, pleitear compensação em juízo...

A proposta, a nosso ver, mais do que inadequada é injurídica.

Ressalte-se que de acordo com nosso sistema penal, a pena provisória é necessária para assegurar investigações, evitar fuga de suspeitos, etc. não sendo arbitrária; ocorrendo qualquer distorção ou abuso de direito poderá a parte violentada socorrer-se do remédio jurídico adequado, v.g habeas corpus; observe-se ainda que, em que pese o ônus, desconforto e sacrifício que possa advir ao particular preso provisoriamente, é ela, observadas as hipóteses e procedimentos legais, de inquestionável necessidade; existe toda uma construção na doutrina do Direito que fundamenta e dá legitimidade para que o Estado passe a exercer poder discricionário de realizar certas atividades (ex. desapropriação, convocação para prestação do serviço militar), sem que o particular – a não ser nos casos de ilegalidade – possa se contrapor; fundamenta-o a necessidade de buscar-se o bem comum.

Face a ocorrência de injuridicidade demonstrada fica prejudicada a análise da técnica legislativa e mérito.

Respeitante ao outro PL, de número 312/99, não há vícios que configurem violação da Constituição, estando respeitados, semelhantemente ao PL 297/99, os arts. 22, I e 61 da Lei Maior; não há infringência que configurem injuridicidade. Os defeitos de técnica legislativa existentes, seriam susceptíveis de correção, não efetuada pelos motivos apresentados a seguir.

Quanto ao mérito, não se pode negar que um tempo mínimo de prova, cumprindo pena, é uma forma de observar se a teoria está funcionando na prática; não há como, a nosso ver, dispensar-se o cumprimento do mínimo de 1/6 (um sexto) da pena, previsto no artigo 37.

Votamos pois, quanto ao PL de número 297/99 pela sua rejeição por injuridicidade e quanto ao PL 312/99, pela constitucionalidade, juridicidade; a técnica legislativa mereceria reparos que não é procedida face à rejeição do PL por defeito de mérito.

Sala da Comissão, em de de 2000.

Deputado LEO ALCÂNTARA
Relator